

4ª Câmara de Coordenação e Revisão

Boletim Informativo

2025

Sessões de Revisão e de Coordenação
de 25 de novembro de 2025



Destaques da Revisão

JF/RR-IP-1000405-58.2023.4.
01.4200

Voto n.º: 3394/2025/4ª CCR

INQUÉRITO POLICIAL. MEIO AMBIENTE. MINERAÇÃO. CASSITERITA. DEPÓSITO IRREGULAR. AUSÊNCIA DE LICENÇA VÁLIDA. CRIME DE USURPAÇÃO DE BEM DA UNIÃO. CONFISSÃO DO INVESTIGADO. QUANTIDADE EXPRESSIVA APREENDIDA. FOMENTO DO GARIMPO ILEGAL NO ESTADO DE RORAIMA. ADOÇÃO DE MEDIDA NECESSÁRIA E SUFICIENTE PARA REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO DO CRIME. AVALIAR OS REQUISITOS SUBJETIVOS PARA ANPP OU APRESENTAR DENÚNCIA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO

JF-PA-1033068-53.2024.4.01
.3900-IP

Voto n.º: 3418/2025/4ª CCR

INQUÉRITO POLICIAL. MEIO AMBIENTE. RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ. PROVOCAR INCÊNDIO EM RESIDÊNCIA FAMILIAR LOCALIZADA NO INTERIOR DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. DELITO DE INCÊNDIO MAJORADO. MUNICÍPIO DE CURUÇÁ/PA. IMÓVEL LOCALIZADO EM TERRENO DE MARINHA E EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FEDERAL. POSSÍVEL COMETIMENTO DO DELITO DO ART. 40 DA LEI 9.605/98. POTENCIAL AMEAÇA DE DANO A BEM DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

1.33.000.001606/2019-84

Voto n.º: 3270/2025/4ª CCR

INQUÉRITO CIVIL. MEIO AMBIENTE. FLORA. SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE EMBARGO DO IBAMA/ORDEN FEDERAL. BRASIL FLORESTAL LTDA. MUNICÍPIO DE MAFRA/SC. OFENSA DIRETA A INTERESSE FEDERAL. PRECEDENTES DA 4ª CCR. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

Destaques da Revisão

[1.13.000.000363/2025-06](#)

Voto n.º: [3164/2025/4ª CCR](#)

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. MEIO AMBIENTE. FLORA. FRAUDE EM SISTEMAS OFICIAIS DE CONTROLE FLORESTAL. APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÃO FALSA NO SISTEMA DOF. REQUERIMENTO DE EXPORTAÇÃO. TRANSNACIONALIDADE. ENUNCIADOS 62 E 67 DA 4ª CCR. INTERESSE FEDERAL DIRETO E ESPECÍFICO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

[1.17.000.000348/2023-49](#)

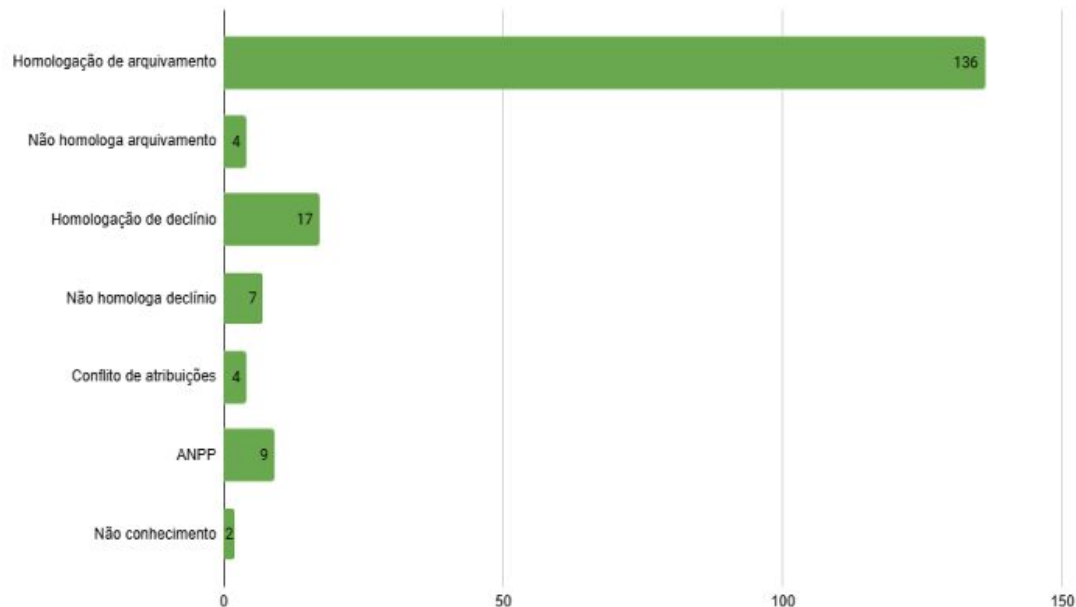
Voto n.º: [3321/2025/4ª CCR](#)

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. MEIO AMBIENTE. ZONA COSTEIRA. RESTINGA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. LICENCIAMENTO AMBIENTAL. IEMA. CONAMA 303/2002. INTERESSE FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

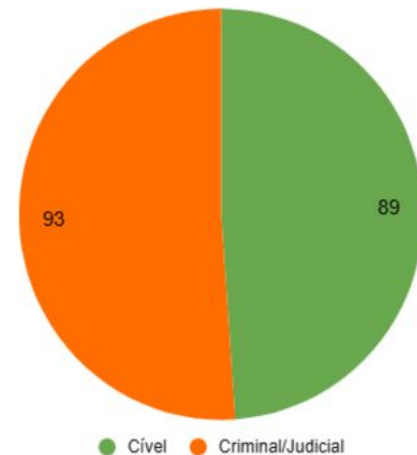
Estatística da Revisão

Total de processos apreciados:
234

Quantitativo de processos julgados na 666ª SO (179 feitos no total)



666ª SO



Destaques da Coordenação

58ª Sessão de Coordenação de 25 de novembro de 2025

Realização do evento "MPF na Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural " em Salvador - BA. O evento fortaleceu a atuação institucional ao promover a gestão do conhecimento e incentivar o diálogo entre órgãos públicos, academia e sociedade civil sobre a proteção e valorização dos bens culturais brasileiros. Foram apresentadas boas práticas institucionais do MPF na área, com destaque para experiências de destinação de recursos de ações civis públicas ao restauro de bens tombados e o uso de instrumentos inovadores, como o inventário participativo do patrimônio imaterial.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

A Coordenadora da 4ª CCR participou da mesa de abertura da terceira edição do “Diálogos Boi na Linha”, um evento promovido pelo Instituto Imaflora com apoio do Ministério Público Federal (MPF), que reuniu membros do MPF, representantes do setor produtivo, financeiro, indústria e sociedade civil, em Brasília, para promover o diálogo e articulação sobre os desafios e oportunidades das cadeias de carne bovina e soja no Brasil, defendendo pilares como transparência, rastreabilidade e legalidade socioambiental.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Realização do evento "MPF na COP30" em Belém - PA, uma iniciativa conjunta das Câmaras de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural (4CCR), Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais (6CCR) e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), em parceria com a Procuradoria da República no Pará com objetivo de ser um fórum de diálogo focado nos desafios jurídicos e sociais da agenda socioambiental que o Brasil levará à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O evento teve como resultado a divulgação da Declaração de Belém, um documento que estabelece princípios e compromissos para orientar a atuação institucional do MPF frente às emergências climáticas, reforçando o compromisso do MPF com a proteção do meio ambiente, da biodiversidade e dos direitos territoriais e culturais de povos e comunidades tradicionais, buscando a justiça climática e social.

Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Acesse aqui a notícia [“MPF na COP 30: críticas à ‘colonialidade verde’](#)

Acesse aqui a notícia sobre a [Declaração de Belém](#)

Fórum de Procuradores-Gerais para a COP30

A Coordenadora da 4ª CCR participou do Fórum de Procuradores-Gerais para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30), promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) em Belém - PA. O evento reuniu chefes dos Ministérios Públicos de 15 países com o objetivo de coordenar estratégias globais de combate a crimes ambientais e de promoção da justiça climática. Acesse aqui a [notícia sobre o evento](#)

Destaques da Coordenação

58ª Sessão de Coordenação de 25 de novembro de 2025

A Coordenadora da 4ª CCR, Luiza Frischeisen, participou do lançamento do livro “Inteligência e ações estratégicas: o Ministério Público Federal diante das mudanças climáticas”. No lançamento, a Coordenadora da 4ª CCR destacou que a obra expressa uma visão estratégica e interdisciplinar sobre o papel do MPF no enfrentamento da emergência climática.

Acesse aqui a [notícia sobre o lançamento](#)

Cerrado e COP 30

O Procurador da República Lauro Coelho Júnior encaminhou o Ofício n. 10829/2025/PRMG/GAB/LCJ ([PR-MG-00116709/2025](#)) à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, solicitando a divulgação do ajuizamento de Ação Civil Pública, que visa reparar os danos e cessar os prejuízos ambientais causados ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas e ao Bioma Cerrado como um todo, resultantes dos efeitos cumulativos causados pelas outorgas de água e autorizações de supressão de vegetação nativa em seu entorno. A divulgação foi feita pela Secom como uma ação da 4CCR no ensejo da COP 30. Acesse aqui a [notícia sobre a ACP](#).

A Agência Nacional de Mineração (ANM) publicou, no dia 16/10/2025, a Resolução ANM nº 220/2025, que atualiza as regras aplicáveis às barragens de mineração em todo o território nacional. O texto final do normativo incorpora as sugestões discutidas e elaboradas (Ofício n.º 842/2025-4ªCCR - [PGR-00222247/2025](#)) no seminário “Mineração e Regulamentação: em busca da Proteção Socioambiental” promovido pelos Ministérios Públicos Federal (MPF) e do Trabalho (MPT) em junho de 2025, com o objetivo de garantir maior segurança para os trabalhadores da atividade minerária e manter em nível alto as exigências necessárias para a execução de projetos de mineração no Brasil.

Acesse aqui a [notícia](#).

Publicação da [Portaria PGR/MPF nº 764, de 18 de novembro de 2025](#), que promoveu alteração pontual na atribuição dos cargos especiais JEF/CL, a partir de provocação da 4CCR, excluindo a atribuição dos cargos especiais JEF/CL para atuar em mandados de segurança em matéria ambiental e relativa ao patrimônio cultural que versem sobre multas administrativas. A ressalva normativa que previa a atribuição dos cargos especiais JEF/CL nas “impetrações contra multas administrativas” em matéria ambiental e relativa ao patrimônio cultural foi revogada (art. 6º, § 1º, inc. I, “a”, parte final, da Portaria PGR/MPF nº 268/2023), nos termos solicitados pelo OFÍCIO 1194/2025 ASSCOR/4A.CAM - [PGR-00348345/2025](#).

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 3927/2024 - Autor: Deputado Delegado Caveira (PL/PA)

"Dispõe sobre os critérios para a concessão de incentivos fiscais e concessão de terrenos públicos para empresas do setor agroindustrial, com o objetivo de promover a livre iniciativa, o desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais e regionais, e dá outras providências".

Posição: Parecer do Relator, Deputado Eli Borges (PL/TO), pela aprovação do Projeto. (Parecer encaminhado no e-mail nº 3027/2025, de ontem - 24/11)

Projeto de Lei nº 3293/2025 - Autor: Deputado Raimundo Costa (PODE/BA)

"Dispõe sobre a dispensa do licenciamento ambiental para a ampliação de empreendimentos aquícolas de pequeno porte em áreas previamente autorizadas, e dá outras providências".

Posição: Aguarda designação de Relato(a) na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 171/2015](#)- Autor: Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC)

"Altera os limites da Área de Proteção Ambiental do Anhatomirim, criada pelo Decreto nº 528, de 20 de maio de 1992".

Posição: Aguarda designação de Relator(a) na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para análise da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa (Última Comissão do despacho).

● [Projeto de Lei nº 2909/2025](#)- Autor: Deputado Charles Fernandes (PSD/BA)

"Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), para estabelecer a possibilidade de requerimento adicional de autorização de pesquisa de substâncias minerais distintas daquelas previstas no título autorizativo original, desde que não haja incompatibilidade com os planos de pesquisa ou lavra já aprovados pela Agência Nacional de Mineração – ANM, e dá outras providências"

Posição: Designado Relator, Deputado Diego Andrade (PSD/MG), na Comissão de Minas e Energia.

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● **Projeto de Lei nº 3313/2025**- Autor: Deputado Charles Fernandes (PSD/BA)

"Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (Código Florestal), a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), para dispor sobre limites ao poder de embargo, apreensão e restrições administrativas ambientais e fundiárias, reforçando os direitos constitucionais ao contraditório, à ampla defesa, à função social da propriedade e à livre atividade econômica".

Posição: Designada Relatora, Deputada Daniela Reinehr (PL/SC), na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.

● **Projeto de Decreto Legislativo nº 934/2025 (Origem MSC nº 209/2023)**- Autor: Poder Executivo

"Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe ("Acordo de Escazú"), assinado em Nova York, em 27 de setembro de 2018"

Posição: Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 934/2025, apresentado no Parecer Preliminar de Plenário nº 02. O PDL aguarda envio ao Senado Federal.

Foi Encaminhado o Ofício n.º 1341/2025-4ªCCR (PGR-00401855/2025) contendo a Nota Técnica nº 11/2024, que subsidiou o Parecer Preliminar de Plenário, apresentado pelo Relator, Deputado Clodoaldo Magalhães (PV/PE), pela aprovação da MSC nº 209/2023 - Acordo de Escazú.



PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 2809/2024](#) - Autor: Deputado Pedro Campos (PSB/PE)

"Altera a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para incluir a previsão de educação para reação a desastres climáticos".

Posição: Aguarda envio ao Senado Federal.

● [Projeto de Lei nº 2947/2025](#) - Autora: Deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ)

"Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para atribuir à Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (Cipa) o dever de promover a educação climática voltada à prevenção e à resposta a desastres"

Posição: Aguarda envio ao Senado Federal.

● [Projeto de Lei nº 2933/2022](#) - Autora: Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

"Altera o art. 55 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para estabelecer causas de aumento de pena em razão do financiamento do crime e de seu cometimento em terras indígenas"

Posição: Aguarda envio ao Senado Federal.

PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 347/2003](#) - Autor: CPI - Tráfico de Animais Silvestres

"Tipifica como crime a comercialização de peixe ornamental e a venda, exportação, aquisição e guarda de espécimes da fauna silvestre quando praticado de forma permanente, em grande escala, em caráter nacional ou internacional, aumenta a pena quando houver tentativa de evitar o flagrante dentre outros".

Posição: Remetido ao Senado Federal, onde tramita como [Projeto de Lei nº 5809/2025](#).

● [Projeto de Lei nº 420/2025](#) - Autora: Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

"Institui o Programa Nacional de Infraestruturas Sustentáveis e Resilientes – PNISR, cria o Selo de Sustentabilidade e Resiliência da Infraestrutura e dá outras providências"

Posição: Aguarda envio ao Senado Federal.

● [Projeto de Lei nº 3904/2023](#) - Autor: Deputado Valmir Assunção (PT/BA)

"Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica"

Posição: Pendente de aprovação do requerimento de urgência.



PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

● [Projeto de Lei nº 4553/2025](#) - Autora: Deputada Tabata Amaral (PSB/SP)

"Institui o Portal Nacional de Informações Estratégicas Socioambientais, Climáticas e Territoriais - "INFOCLIMA-TERRA-BRASIL", e dá outras providências"

Posição: Tramita em Regime de Urgência.

● [Projeto de Lei nº 4536/2023](#)- Autor: Deputado Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)

"Dispõe sobre a prioridade de tramitação de procedimentos cíveis e penais de ações relativas a tragédias ambientais".

Posição: - Aprovado o [Parecer nº 02](#), na CCJC, do Relator, Deputado Mauricio Marcon (PODE/RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do PL, com Substitutivo; - Não foram apresentados recursos contra a apreciação conclusiva pelas Comissões; - Fase de elaboração da Redação Final.

● [Projeto de Lei nº 892/2025](#) - Autor: Deputado Afonso Motta (PDT/RS)

"Institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências".

Posição: Aprovada a Redação Final pela Câmara dos Deputados. Remetido ao Senado Federal.



PLs em tramitação - Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 1406/2024 - Autor: Deputado Tião Medeiros (PP/PR)

"Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, para aprimorar o texto legislativo, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, incluindo disposições sobre a não aceitação de acordos internacionais que possam representar restrições discriminatórias ao comércio internacional de produtos brasileiros".

Posição: Apresentado, na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, o parecer do Relator, Deputado Nilto Tatto (PT/SP), pela rejeição do PL 1406/2024 e do PL 4157/2024, apensado.

Projeto de Lei nº 2842/2024 - Autor: Deputado Nilto Tatto (PT/SP)

"Institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química - PRESIQ e dá outras providências".

Posição: Parecer do Relator, Deputado Joaquim Passarinho (PL/PA), pela rejeição do Projeto.



PLs em tramitação - Senado

● [Projeto de Lei nº 3269/2019](#) - Autor: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

" Acresce o §11 ao art. 7º da Lei nº 13.116 de 2015, que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações, para prever o silêncio positivo"

Posição: Em 03/11/2025 - aguarda designação de relator na CCT, em decisão terminativa.